

## DA VERITÀ EFFETTUALE DELLA COSA: A PRESENÇA DE TITO LÍVIO EM MAQUIAVEL

Michelly Pereira de Sousa CORDÃO\* – UFCG

Com maior espanto ainda vejo que, nas causas que agitam os cidadãos e nos males que afetam os homens, sempre se recorre aos conselhos e remédios dos antigos. (...) Contudo, quando se trata de ordenar uma república, manter um Estado, governar um reino, comandar exércitos e administrar a guerra, ou de distribuir justiça aos cidadãos, não se viu ainda um só príncipe, uma só república, um só capitão, ou cidadão, apoiar-se no exemplo da Antiguidade<sup>1</sup>.

Constatação retórica que conduziu Maquiavel, escritor florentino que viveu entre os finais do séc. XV e inícios do XVI, a estabelecer diálogos com os escritores antigos. Apropriou-se da concepção de história dos romanos tratada como um conhecimento útil, a que chamamos de pragmatismo. Procurou distanciar-se de uma percepção que, segundo ele, apresentava uma visão ignorante do “espírito genuíno da história” e que, por isso, não dava conta das experiências “concretas”, abandonando seu “sentido real”<sup>2</sup>: a utilidade.

A partir dos primeiros diálogos com Maquiavel, observamos como ele se distancia, de um lado, da moral cristã<sup>3</sup> e, de outro, da tradição clássica representada por Platão<sup>4</sup>, Aristóteles ou Tomás de Aquino e vista por ele como constituída por meras especulações filosóficas<sup>5</sup>. Segundo ele, para tratar a política era preciso “(...) *ir direto à verdade efetiva da coisa* [verità effettuale della cosa]”, pois que “(...) *muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade*”<sup>6</sup>.

Consideramos que a idéia de utilidade, que permeia, a nosso ver, toda produção maquiaveliana, resulta de seu diálogo com os antigos. Trata-se de um argumento construído

---

\* Professora da Unidade Acadêmica de História e Geografia (UFCG); Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da UFCG.

<sup>1</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad.: Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1982, p. 17.

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, p. 18.

<sup>3</sup> Tradição que podemos encontrar em São Tomás de Aquino e em Dante Alighieri que tratam da monarquia como a melhor forma de governo a partir de argumentos de base cristã. Cf.: ALIGHIERI, Dante. *Monarquia*. Trad.: Carlos do Soveral. In: \_\_\_\_\_ *et al.* Seleção de textos. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973; AQUINO, São Tomás de. *Do governo dos príncipes ao rei de Cipro*. In: SANTOS, Arlindo V. dos. *Filosofia política de Santo Tomás de Aquino*. São Paulo: José Bushatsky, s/d.

<sup>4</sup> Discordando da democracia, Platão defendia uma forma de governo em que os “sábios” filósofos fossem os governantes. Governo por ele localizado no “mundo das idéias”, única instância, aos seus olhos, verdadeira, pois que o “mundo material” para ele se constituía de opiniões “irreais”. Cf.: PLATÃO. *A república*. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo: Difel, 1973.

<sup>5</sup> XAVIER, Lúcio. *Maquiavel: vida e obra*. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe; Escritos políticos*. Trad.: Lúcio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (coleção Os pensadores), p. XIII.

<sup>6</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad.: José Antonio Martins. São Paulo: Hedra, 2007 (edição bilingüe), p. 153.

como efeito de nossa experiência de leitura das obras de historiadores antigos, sobretudo a *Ab urbe condita libri* (História de Roma) do historiador latino Tito Lívio (séc. I a.C.) e a *História* do grego Políbio (séc. II a.C.); textos a que Maquiavel pôde ter acesso em virtude de sua educação clássica, de base latina, que lhe permitiu ler, principalmente, os romanos<sup>7</sup>. Deles, se distingue, contudo, por sistematizar uma teoria política relacionada a uma experiência que lhe era específica: a construção do Estado moderno<sup>8</sup>. Assim, consideramos que as compreensões de Maquiavel têm suas bases em alguns textos clássicos, bem como são definidas por seu “lugar social”<sup>9</sup>.

Hipótese que construímos ao percebermos, já em Políbio<sup>10</sup>, uma explicação pragmática para a situação política com que se deparou em Roma, que então havia se tornado um império universal em menos de cinqüenta e três anos<sup>11</sup>. Ao comparar as constituições de outras cidades antigas, como as de Esparta e Cartago, à constituição mista<sup>12</sup> de Roma, Políbio argumenta que essa era superior às demais por fomentar em seus cidadãos uma concórdia e um patriotismo a partir do valor conferido ao respeito das leis e dos costumes oriundos da tradição. Dos costumes romanos, considera que a religiosidade conferiu ao Estado o sucesso e a superioridade que observou durante o tempo vivido em Roma<sup>13</sup>. Trata-se, segundo ele, de um elemento usado de forma pragmática pelos homens públicos em suas ações no seio da cidade e que contribuiu decisivamente para a ascensão de Roma<sup>14</sup>. Além disso, Políbio considera a constituição romana como melhor por ter resultado do aprendizado adquirido por meio da experiência e não apenas por meio de raciocínios abstratos<sup>15</sup>.

Fizemos referência a Políbio em virtude de sua recepção promovida por Tito Lívio<sup>16</sup> que também compreende que foram os costumes tradicionais que permitiram a Roma se tornar a “senhora do mundo”. Por viver um período, aos seus olhos, corrompido moral e politicamente, Lívio narrou práticas cívicas/ políticas que o levou a rememorar os primórdios da fundação de Roma, onde localizou exemplos edificantes a fim de contribuir para a

---

<sup>7</sup> XAVIER, Lívio. Op., cit., p. IX.

<sup>8</sup> CHEVALIER, Jean-Jacques. *O Estado-nação monárquico: crescimento e apogeu*. In: História do pensamento político. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982, (tomo I), p. 257-258.

<sup>9</sup> CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: A escrita da história. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 67.

<sup>10</sup> POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p. 41.

<sup>12</sup> Formada pelo consulado (monarquia), senado (aristocracia) e povo (democracia). Cf. POLÍBIOS. Op., cit., Livro VI; MENDES, Norma Musco. *Roma republicana*. São Paulo: Ática, 1988.

<sup>13</sup> POLÍBIOS. Op., cit., p. 346.

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*, p. 346-347.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 332.

<sup>16</sup> TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989 (Vols. I-VI).

moralização das vidas dos homens e mulheres de seu tempo. À diferença de Políbio, Lívio, não diz explicitamente que os romanos, ao menos os por ele idealizados, defendiam os costumes tradicionais apenas em razão de sua utilidade para o engrandecimento de Roma. Sua pretensão era celebrar a *urbe* romana e os homens virtuosos que a tornaram gloriosa para, desse modo, fazer de sua história um conhecimento exemplar ao seu presente “corrompido”. Consideramos, então, que o pragmatismo polibiano está “não-dito”<sup>17</sup> no texto de Lívio que o encobre através da retórica com que narra os episódios de Roma. Assim, pouco admite, por exemplo, que os romanos estabeleciam relações com os deuses apenas por interesses imediatos. Porém, narra práticas em toda sua obra que o evidenciam. São essas práticas que, em nível apriorístico, percebemos que foram recepcionadas por Maquiavel.

Consideramos, pois, que o interesse de Maquiavel pelos elementos que formam o Estado em sua dimensão “micro” e/ou “verdadeira” (as disputas por poder entre grupos e indivíduos, os atos considerados violentos, os desejos humanos que influenciam as ações políticas, as características/qualidades dos governantes, entre outras) resultou, em parte, do diálogo estabelecido com historiadores antigos, sobretudo com Lívio.

Aprioristicamente temos que, ao apresentar lições que considera “verdadeiras” sobre o que o príncipe deveria fazer para ser estimado pelo povo e para manter um Estado forte, Maquiavel sugere atitudes, a exemplo da religiosidade, da clemência, da caridade e da humildade, com as quais deixa claro que aquele deveria construir representações para si vistas por seus súditos como virtuosas. Onde, vemos elementos, em sua concepção de política, elaborados a partir dos exemplos que recepciona de Lívio; historiador que costuma narrar ações de homens públicos que conquistaram o poder por promover a política do “pão e circo”, por atuarem no cenário da cidade com base nas virtudes da tradição romana, por estabelecerem relações com os deuses, entre outras práticas<sup>18</sup> que contribuíam para que eles fossem admirados pelo povo.

Então, dos escritores antigos que caminham pelos textos de Maquiavel, observamos, durante nossas primeiras leituras dos mesmos, que os passos de Tito Lívio ocupam territórios consideráveis. Apropriando-se da escrita da história de Lívio, Maquiavel argumenta, nos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, em favor do caráter pragmático da religião romana, tornando o cristianismo uma doutrina frágil para o exercício da política.

---

<sup>17</sup> CERTEAU, Michel de. Op., cit., p. 67.

<sup>18</sup> No Capítulo IV de nossa monografia, ao analisarmos alguns temas da obra de Lívio, apresentamos exemplos dessas práticas. Cf.: CORDÃO, Michelly P. S. *Olhares sobre a historiografia antiga: diálogos com Tito Lívio*. Campina Grande: UFCG, 2007 (monografia de graduação).

Comenta também sobre as qualidades de varões romanos, que via como necessárias aos príncipes modernos; sobre as ações públicas empreendidas pelos antigos para alcançarem e preservarem o poder; sobre as instituições romanas, que afirma não encontrar na Florença de seu tempo. São elementos que sugerem recepções dos antigos, sobretudo de Lívio. Com eles, Maquiavel, enquanto um “homem de letras”, procurou contribuir para solucionar os problemas políticos de seu tempo e, ao mesmo tempo, conquistar um espaço para si no universo do poder na Florença “republicana” de inícios do séc. XVI<sup>19</sup>.

Florença era uma das cidades que constituía os cinco estados<sup>20</sup> da fragmentada península itálica dos sécs. XV e XVI, contexto em que ausentava uma “consciência política nacional”<sup>21</sup>. Vivia-se disputas internas entre os estados italianos, bem como invasões contínuas de estrangeiros, como a França e a Espanha<sup>22</sup>. Por isso, os habitantes da península, sobretudo os intelectuais, se preocuparam em construir um sentimento de “italianidade”, com que procuravam se distinguir e se mostrar superiores aos “invasores bárbaros” a partir do vínculo com uma herança cultural que lhes era comum: a herança romana. Circulava a crença no “mito da continuidade de Roma”, especialmente, do “(...) *Renascimento multiforme da grandeza romana após a ‘noite bárbara’ da Idade Média (...)*”<sup>23</sup>.

Maquiavel, então, apresenta em seus textos uma preocupação em recepcionar dos antigos romanos as lições no campo da política, pois entendia que elas poderiam contribuir para o restabelecimento de Florença e, mais do que isso, para a unificação da Itália. A experiência de um Estado republicano nessa cidade durou do séc. XIV até a década de vinte do séc. XVI, momento em que foi substituído pelo principado, que se manteve por vários séculos<sup>24</sup>. Maquiavel atuou no cenário político florentino como secretário da segunda chancelaria durante catorze anos, entre 1498 e 1512<sup>25</sup>. Posição em que se manteve no intervalo de tempo em que a família dos Médici, que construiu uma espécie de “república oligárquica” em Florença desde as primeiras décadas do séc. XV, se encontrava afastada do poder<sup>26</sup>.

---

<sup>19</sup> LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das letras, 1988, p. 154-155.

<sup>20</sup> Além do florentino, os Estados principais que dominavam a Itália, eram: o reino de Nápoles, dos aragoneses, os Estados pontifícios, o ducado de Milão e a república de Veneza. Além desses, haviam outros estados menores que, embora soberanos, acabavam sendo submissos aos cinco poderosos. Cf.: Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p. 13.

<sup>22</sup> SADEK, Maria Tereza. *Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual sem virtù*. In: WEFORT, Francisco C. Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 1991, p. 15.

<sup>23</sup> LARIVAILLE, Paul. Op., cit., p. 13-14.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 15.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 144.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 20.

Assim, Maquiavel participou de missões na Itália e em toda a Europa, contatando o universo da política a partir de uma observação próxima da vida, dos costumes e das disputas por poder no seio de algumas cortes européias. Ao ser destituído do poder, interrogado pelos Médici sobre suas atividades políticas e, por fim, acusado de conspiração contra essa família, foi preso, torturado e, em seguida, forçado ao exílio. Deslocou-se para uma propriedade particular, afastada do mundo a que estava acostumado: a política<sup>27</sup>. No entanto, nesse momento Maquiavel encontrou-se novamente com o universo complexo do poder ao dialogar com os escritores antigos.

No contexto da Florença “renascentista”, uma série de motivos e temas clássicos foram retomados. Para Eugénio Garin, o Renascimento estava ligado à filologia, noção por ele entendida “(...) como consciência crítica de nós mesmos e dos outros, consciência crítica das relações construídas humanamente e reconstruídas racionalmente (...)”<sup>28</sup>. Os escritores florentinos, a exemplo do próprio Maquiavel, eram homens de ação política que, segundo Garin, dialogavam de forma crítica com os antigos, imitando-os e não repetindo-os. É nesse tipo de exercício que Garin vislumbra o argumento para a tese de que houve nesse período um “renascimento” do homem.

Maquiavel viveu, pois, uma dupla experiência que lhe fundamentou para a escrita do conjunto de suas chamadas “obras políticas”: *O príncipe*, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, *História de Florença* e *A arte da guerra*<sup>29</sup>. Foi o conhecimento das ações dos “grandes homens” que contribuiu para que construísse uma concepção de política enquanto exercício de práticas cotidianas que permitia aos governantes a manutenção de seus poderes. Ações, pois, “(...) apreendidas por mim com uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das coisas antigas”<sup>30</sup>.

Argumento que Maquiavel apresenta em *O príncipe* (1512-1513), obra ligada à tradição dos “livros de aconselhamento”<sup>31</sup> e que foi dedicada a Lourenço de Médici, de quem Maquiavel esperava a possibilidade de retornar à vida pública<sup>32</sup>. Defende o principado como melhor forma de governo, elegendo os variados principados e as qualidades dos príncipes

---

<sup>27</sup> Idem, ibidem, p. 144-145.

<sup>28</sup> GARIN, Eugénio. *Idade Média e Renascimento*. Trad.: Isabel Teresa Santos; Hossein S. Shooja. Lisboa: Estampa, 1994, p. 175.

<sup>29</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Op., cit., 1982; MAQUIAVEL, Nicolau. Op., cit., 2007; MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa Editora, 1998; MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. Trad.: Heloisa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.

<sup>30</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Op., cit., 2007, p. 29.

<sup>31</sup> Gênero literário durante os sécs. XV e XVI destinado, sobretudo aos príncipes. Cf.: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad.: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 138.

<sup>32</sup> LARIVAILLE, Paul. Op., cit., p. 145-146.

como tema. Expõe modelos antigos e contemporâneos a fim de que eles servissem de orientação política ao príncipe que constrói para que exercesse a função de “salvador” de toda a Itália, então marcada por invasões estrangeiras e por uma forte corrupção política<sup>33</sup>. Nos *Comentários*, obra concluída em 1516, Maquiavel toma Roma como exemplo para tratar do sistema republicano a partir de comentários da obra de Lívio. Defende o principado apenas enquanto um regime temporário que teria a função provisória de restituir as funções das instituições então corrompidas<sup>34</sup>. Apenas depois disso, compreendia que a república poderia ser reinstaurada.

Em ambas as obras, em que estabelece um contínuo diálogo entre antigos e modernos, Maquiavel desloca sentidos de acontecimentos e de temas abordados por Tito Lívio e, assim, oferece-nos uma pluralidade de elementos de recepção da obra desse escritor a serem estudados. Perguntamo-nos, por exemplo, como o florentino recepcionou os debates em torno das disputas de poder representadas por Lívio a fim de torná-las inteligíveis em seu contexto e úteis ao seu destinatário: os homens de Estado? Pois, temos como hipótese o argumento de que as “inovações” do escritor florentino referentes ao conceito de política foram possíveis, em grande medida, pelo diálogo com o pragmatismo da Roma antiga, ao qual teve acesso através de uma leitura desviante da história escrita por Lívio.

Foram as ações, os costumes e as vidas dos homens associadas ao espaço público da *urbe* romana, o que Lívio elegeu como seu foco discursivo. Acompanhou-os desde os primórdios da cidade até os momentos finais da República, visando a historicizá-los e, desse modo, a observar como foram instituídos, como estavam sendo desgastados e, por fim, como precisavam ser “restaurados”. A si, pois, Lívio atribuiu a função de quem poderia oferecer *exempla* aos romanos de seu tempo, através dos quais acreditava ser possível reajustar suas vidas e, sobretudo, Roma.

Consideramos que história e civismo são idéias-eixo do texto de Lívio, por meio do qual elabora um lugar para Roma enquanto espaço por excelência do exercício da política. Espaço em que transeuntes circulam cotidianamente, utilizando-o de formas variadas: para levar oferendas aos deuses nos templos; para debater e tomar decisões nas assembleias públicas; para realizar e participar de cerimônias religiosas, de jogos e de espetáculos; para vivenciar experiências de triunfo após vitórias em guerras; para prantear os mortos com vestes de luto; para acusar adversários políticos via oratória e planejar conspirações; para realizar

---

<sup>33</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Op., cit., 2007, p. 251.

<sup>34</sup> LARIVAILLE, Paul. Op., cit., p. 147.

comícios em tempos de eleição. Espaço textual em que o cotidiano cívico é publicizado, evocando a maneira de ser do romano no mundo, segundo as percepções livianas.

Compreendemos que se há um tema que perpassa toda a obra de Lívio, a despeito de sua preocupação em historicizar vários costumes que compõem a *civitas*, trata-se das disputas por poder. *Tópos* que não se constitui como parte do rol das virtudes tradicionais romanas, fomentadas por Lívio. No entanto, encontra-se em todos os espaços imagináveis de seu texto que, por isso, pode ser pensado a partir desses três conceitos: história, civismo e poder.

Daí considerarmos que o exercício de Maquiavel em abordar a política focalizando o que chamou de “verdade efetiva das coisas” resultou também de seu diálogo com Lívio, historiador que coloca em cena os romanos em constantes disputas políticas. Com leituras diferentes da liviana, visto está localizado em outro contexto e ser instigado por outros interesses, Maquiavel deslocou os sentidos atribuídos às experiências romanas narradas pelo historiador romano.

Neste sentido, é que, distintamente de Lívio, não considera as disputas entre plebeus e patrícios como um dos principais motivos para a degenerescência de Roma, visto analisá-las como relevantes para a manutenção da ordem na cidade. Para Maquiavel, os conflitos entre plebeus e patrícios acabaram se constituindo como o elemento que motivou a criação de leis e a legitimação da liberdade de Roma em virtude dos efeitos benéficos que produziam. Para ele, os homens que lêem os conflitos como episódios maléficos,

(...) não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma, porque dos Tarquínios aos Gracos, durante mais de trezentos anos, os tumultos de Roma raras vezes redundaram em exílio e raríssimas vezes em sangue. Portanto, não se pode dizer que tais tumultos sejam nocivos, nem que tal república fosse dividida, se em tanto tempo, em razão de suas diferenças, não mandou para o exílio mais que oito ou dez cidadãos, matou pouquíssimos e não condenou muitos ao pagamento de multas.<sup>35</sup>

A partir disso, argumenta que essa república não pode ser considerada desordenada, visto ser repleta de muitos exemplos de *virtù* associados aos tumultos que a marcaram:

Porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem

---

<sup>35</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad.: MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 22.

a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas a liberdade pública<sup>36</sup>.

Por isso, diz que os constantes tumultos armados pelo povo, embora assustem, não devem ser tomados como experiência maléfica para a república, contrapondo-se ao que Lívio costuma argumentar. Nesse sentido, valoriza as ações de reivindicação do povo para que leis a ele favoráveis fossem estabelecidas, na medida em que entendia que as mesmas resultavam em conquistas que evidenciavam o caráter livre de uma república. Continuemos acompanhando seu argumento:

(...) quando o povo queria obter uma lei, ou fazia alguma das coisas acima citadas ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que, para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo em alguma coisa. E os lugares dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo<sup>37</sup>.

Conclui seu argumento, elogiando os tumultos ao invés de censurá-los e, por extensão, valorizando a criação dos tribunos da plebe: “e se os tumultos foram a razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores; porque, além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram constituídos para guardar a liberdade romana (...)”<sup>38</sup>.

Maquiavel associa, pois, os interesses do povo à liberdade, distanciando-se em demasiado de Lívio, que associava-os à corrupção da república.

A partir desse exercício de análise incipiente de trechos da obra de Maquiavel, pudemos perceber efeitos do diálogo por ele estabelecido com Lívio. Diálogo que implicou em apropriações e desvios da obra do historiador latino, mas que não excluiu este por completo dos textos maquiavelianos. Daí que nos referimos a uma presença de Lívio em Maquiavel; presença que pode ser notada de forma mais contundente no conceito de política do escritor florentino, visto que tratar da política em seu cotidiano e, por extensão, da “verdade efetiva da coisa”, lhe foi possível, principalmente, por ter se apropriado de um escritor que também o fez: Tito Lívio.

---

<sup>36</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Op. cit., 2007, p. 22.

<sup>37</sup> Idem, ibidem, p. 23.

<sup>38</sup> Idem, ibidem.